



26/05/2025

Número: **1019150-82.2024.8.11.0015**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Terceira Câmara de Direito Público e Coletivo**

Órgão julgador: **Gabinete 3 - Terceira Câmara de Direito Público e Coletivo**

Última distribuição : **13/05/2025**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Processo referência: **1019150-82.2024.8.11.0015**

Assuntos: **Efeitos, Tratamento Domiciliar (Home Care)**

Objeto do processo: **APELAÇÃO - Efeito Suspensivo - Ação de Obrigação de Fazer nº 1019150-82.2024.8.11.0015 - 6ª Vara Cível de Sinop - Vara Especializada da Fazenda Pública - Objeto: disponibilização de atendimento médico domiciliar por meio do serviço de "home care".**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)	
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)	
JOSE IVON DE SOUZA LACERDA (APELADO)	
	YARA DA SILVA SANTOS (ADVOGADO)

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	

Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo
288638356	23/05/2025 18:09	Juntada de Petição de petição	<a href="#">Petição</a>	Petição

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 1019150-82.2024.8.11.0015**  
**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 1019150-82.2024.8.11.0015**  
**COMARCA DE SINOP**  
**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO**  
**APELANTES: MUNICÍPIO DE SINOP E ESTADO DE MATO GROSSO**  
**APELADO: JOSE IVON DE SOUZA LACERDA**  
**RELATOR: DES. MARCIO VIDAL**

**Egrégia Câmara:**

Cuida-se de *Recurso de Apelação* interposto por **MUNICÍPIO DE SINOP E ESTADO DE MATO GROSSO**, em face de parte da r. sentença proferida pelo magistrado *a quo* que, nos autos da *Ação de Obrigação de Fazer nº 1019150-82.2024.8.11.0015*, ajuizada por **JOSE IVON DE SOUZA LACERDA**, julgou extinto o feito sem resolução do mérito, diante do óbito do autor, tendo, contudo, condenado “os *REQUERIDOS ao PAGAMENTO dos HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, devendo, CADA REQUERIDO, responder na PROPORÇÃO de 50% (cinquenta por cento) deste valor, com fulcro no art. 85, § 2º, § 3º, inciso I, e art. 87, § 1º, todos do CPC*”. (ID 285990365)

Irresignados, os apelantes recorreram em face de parte da r. sentença, especialmente no ponto em que arbitrou honorários advocatícios.

Em síntese, o Estado de Mato Grosso argumenta que, no que tange a exigibilidade dos honorários, o feito deve aguardar deliberação do IRDR

1023732-44.2022.811.0000 em Trâmite neste Tribunal. E, no mérito, o arbitramento dos honorários aplicando-se o critério de forma equitativa, “, *haja vista a natureza inestimável do direito à saúde e à vida*”, bem como para assegurar a proporção entre a causa (trabalho) e a consequência (remuneração). (ID 285990375)

Lado outro, o apelante Município de Sinop, sustenta que não há o que se falar em condenação em honorários, diante da perda do objeto da ação. Ou, subsidiariamente, em caso de manutenção, que os honorários sucumbenciais sejam direcionados ao Estado, já que o Município não deu causa à demanda, em observância ao princípio da causalidade. (ID 285990369)

Sem contrarrazões.

É o breve relato. Passo a opinar.

**Pelo desprovimento do apelo do Município de Sinop, e sobrestamento do apelo do Estado de Mato Grosso.**

Primeiramente, no que tange o apelo do Município de Sinop, entendo que a reponsabilidade pelo pagamento dos ônus sucumbenciais deve ser mantida tal como foi lançada na r. sentença, para ambos os litisconsortes passivos, em observância à previsão expressa do art. 87, §§1º do CPC, o qual determina que, em caso de litisconsortes, os vencidos responderão proporcionalmente pelos honorários, **os quais serão distribuídos de forma expressa na sentença.**

Por corolário lógico, se a legislação em vigência preceitua que a promoção do direito à saúde é comum e solidária entre os entes da federação, de igual modo deve se dar a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios nas causas que versem sobre essa matéria com obrigação de



fazer solidária, quando ambas figurarem no polo da ação.

Logo, entendo que ambas as partes gozam de responsabilidade no suporte dos ônus sucumbenciais, não havendo o que se falar em direcionamento do pagamento dos honorários exclusivamente ao Estado de Mato Grosso, devendo ser observada a proporção estipulada na r. sentença.

Por outro lado, no que tange o apelo do Estado, tendo em vista que a cerne recursal é tão somente o critério adotado pelo i. Magistrado para arbitrar os honorários na r. sentença em desfavor dos apelantes, bem como, preconizando pela segurança jurídica nas decisões, opino pela suspensão do feito, em razão do Recurso Especial interposto pelo Estado de Mato Grosso com efeito suspensivo automático nos autos do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 1023732-44.2022.811.0000, até o julgamento perante o STJ.

Pelo exposto, a manifestação ministerial é pelo **desproimento** do apelo do Município de Sinop, e pelo sobrestamento do julgamento do apelo do Estado de Mato Grosso, que versa exclusivamente sobre o critério para arbitrar os honorários advocatícios, até ulterior deliberação do IRDR, tendo em vista a repercussão na controvérsia debatida.

Após decisão no citado IRDR, pugna por nova vista dos autos para manifestação, complementando este parecer.

É o parecer.

Cuiabá, 23 de maio de 2025.

*Mara Ligia Pires de Almeida Barreto*  
*Procuradora de Justiça*

